

Código Penal Comentado: Parte Geral I (Arts. 1.º a 85.º)

Penal Code Commentary: General Part I (Arts. 1 to 85)

Comentario del Código Penal: Generalidades Parte I (Arts. 1 a 85)

DOI: 10.55905/rcssv14n6-012

Received on: May 12th, 2025

Accepted on: June 9th, 2025

Sérgio Nunes de Jesus

Doutor em Ciências da Linguagem, Psicolinguística pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE)

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: sergio.nunes@ifro.edu.br

Luciano Alves Rodrigues dos Santos

Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR)

Instituição: Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: adv.lurodrigues@gmail.com

RESUMO

O livro "Código Penal Comentado: Parte Geral I" de Luciano Alves Rodrigues dos Santos é uma obra jurídica que visa fornecer uma análise detalhada e comentada da Parte Geral do Código Penal Brasileiro, abrangendo os artigos 1º a 85º. A obra é dividida em capítulos que abordam temas específicos, como a aplicação da lei penal, a imputabilidade, a culpabilidade e a punibilidade. O autor apresenta uma análise crítica e atualizada da legislação, destacando as principais mudanças e atualizações introduzidas pelas reformas legislativas recentes. O livro é destinado a estudantes de Direito, advogados, juízes e outros profissionais do Direito, oferecendo uma ferramenta valiosa para a compreensão e aplicação da legislação penal brasileira. Com 206 páginas, a obra é uma contribuição importante para a literatura jurídica brasileira, fornecendo uma análise aprofundada e atualizada da Parte Geral do Código Penal.

Palavras-chave: Direito Penal, Código Penal, Comentários, Legislação, Jurisprudência.

ABSTRACT

The book "Código Penal Comentado: Parte Geral I" by Luciano Alves Rodrigues dos Santos is a legal work that aims to provide a detailed and commented analysis of the General Part of the Brazilian Penal Code, covering articles 1 to 85. The book is divided into chapters that deal with specific topics, such as the application of criminal law, imputability, culpability and punishability. The author presents a critical and up-to-date analysis of the legislation, highlighting the main changes and updates introduced by recent legislative reforms. The book is aimed at law students, lawyers, judges and other legal professionals, offering a valuable tool for understanding and applying Brazilian criminal law. With 206 pages, the book is an important contribution to Brazilian legal

literature, providing an in-depth and up-to-date analysis of the General Part of the Penal Code.

Keywords: Criminal Law, Criminal Code, Commentaries, Legislation, Case Law.

RESUMEN

El libro "Código Penal Comentado: Parte Geral I" de Luciano Alves Rodrigues dos Santos es una obra jurídica que tiene como objetivo proporcionar un análisis detallado y comentado de la Parte General del Código Penal brasileño, abarcando los artículos 1 a 85. El libro está dividido en capítulos que abordan temas específicos, como la aplicación del derecho penal, la imputabilidad, la culpabilidad y la punibilidad. El autor presenta un análisis crítico y actualizado de la legislación, destacando los principales cambios y actualizaciones introducidos por las recientes reformas legislativas. El libro se dirige a estudiantes de Derecho, abogados, jueces y otros profesionales del Derecho, ofreciendo una valiosa herramienta para la comprensión y aplicación de la legislación penal brasileña. Con 206 páginas, el libro es una importante contribución a la literatura jurídica brasileña, proporcionando un análisis profundo y actualizado de la Parte General del Código Penal.

Palabras clave: Derecho Penal, Código Penal, Comentarios, Legislación, Jurisprudencia.

1 INTRODUÇÃO

1.1 À GUIA DA TEMÁTICA

A compreensão do Código Penal Brasileiro é fundamental para estudantes de Direito, advogados, juízes e outros profissionais da área jurídica. Nesse contexto, o livro "Código Penal Comentado: Parte Geral I", de Luciano Alves Rodrigues dos Santos, surge como uma ferramenta valiosa para fornecer uma análise detalhada e atualizada da Parte Geral do Código Penal e abrange também os artigos 1º a 85º. Assim, a presente obra visa contribuir para a literatura jurídica brasileira e oferece uma análise aprofundada e crítica da legislação penal e, ao mesmo tempo, destaca as principais mudanças e atualizações introduzidas pelas reformas legislativas recentes.

2 METODOLOGIA

2.1 PARA ENTENDER OS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Para desenvolver uma metodologia eficaz para a análise e aplicação do Código

Penal Brasileiro, é fundamental adotar uma abordagem sistemática e crítica que envolva a análise detalhada da legislação, organização em capítulos temáticos, análise crítica e atualizada, inclusão de jurisprudência e doutrina, destinação a diversos públicos e atualização contínua. Para tanto, isso pode ser alcançado por meio de abordagem que combine a análise aprofundada da *Parte Geral do Código Penal*, bem como aos apontamentos dos *artigos 1º a 85º*, com a apresentação de interpretações doutrinárias e jurisprudenciais relevantes ao destacar as principais mudanças e atualizações introduzidas pelas reformas legislativas recentes. Além disso, a inclusão de exemplos práticos e casos concretos pode ajudar a ilustrar a aplicação da legislação e fornecer compreensão mais profunda dos conceitos e institutos jurídicos – o que torna a obra como ferramenta valiosa para estudantes de Direito, advogados, juízes e outros profissionais da área jurídica.

3 A SISTEMATIZAÇÃO

3.1 CONTEXTOS E COMENTÁRIOS

O estudo do Direito Penal tem sido, ao longo dos anos, um campo de intenso debate acadêmico e jurídico, visto que envolve diretamente a relação entre o Estado e o indivíduo na aplicação da norma penal. No Brasil, o Código Penal Brasileiro (CPB), instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848/1940, tem passado por diversas modificações para acompanhar as transformações sociais e a evolução dos direitos fundamentais. Nesse contexto, obras que se propõem a comentar e interpretar o Código Penal são essenciais para a formação de estudantes, pesquisadores, profissionais e demais operadores jurídicos do Direito.

A obra *Código Penal Comentado: Parte Geral I (Arts. 1.º a 85.º)* - de Luciano Rodrigues – está inserida nesse panorama como material de referência ao explorar a especificidade da *Parte Geral do Código Penal*. O autor se propõe a ‘dissecar’ a legislação penal com abordagem sistemática e didática e fornece ao leitor não apenas breve explicação – mas detalha os dispositivos legais como apontamento de ‘reflexão’ sobre os princípios fundamentais do Direito Penal, fontes normativas e sua aplicação na prática.

Isso posto, a Parte Geral do Código Penal é fundamental para a compreensão do sistema penal brasileiro, pois estabelece os princípios norteadores da aplicação da pena,

os critérios de imputação de responsabilidade penal e as bases estruturantes da teoria do crime. Nesse sentido, Santos dedica-se a analisar de forma ‘detetivesca’ temas como: *legalidade; anterioridade da lei penal; aplicação da norma penal no tempo e no espaço; princípios gerais do Direito Penal; classificação dos crimes e institutos fundamentais; a culpabilidade; a ilicitude e a tipicidade* – apenas para citar alguns deles aqui.

Sendo assim, ao longo da obra, o autor utiliza referências à jurisprudência do *Supremo Tribunal Federal (STF)* e do *Superior Tribunal de Justiça (STJ)*, bem como a fundamentação doutrinária para embasar a análise crítica dos dispositivos legais. Logo, isso torna o material não apenas uma ‘exposição normativa’, mas uma fonte útil para àqueles que desejam compreender a interpretação dos tribunais superiores sobre os diversos temas abordados na obra em questão.

Assim, a presente resenha crítica objetiva-se não apenas numa ‘mera análise’, mas no compromisso de apontar a sua *estrutura argumentativa e contribuições para o estudo do Direito Penal*. Para tanto, serão destacados os principais pontos trabalhados pelo autor, bem como *virtudes e eventuais lacunas* e também *pontos de melhoria* que podem enriquecer ainda mais o trabalho. Dessa maneira, pode-se avaliar o impacto acadêmico e profissional da obra por meio das discussões inseridas como suportes de utilidades para diferentes públicos, desde estudantes de Direito até operadores do sistema jurídico, como advogados, juízes e promotores (ou seja, reforçando o que apontamos anteriormente).

Além disso, a presente resenha conduz à luz dos preceitos normativos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) mais recentes e assegura de certa maneira, o rigor metodológico e a adequada estruturação na língua(gem) do texto. Isso posto, quando necessário, são inseridas bibliografias acadêmicas e normas para complementação das discussões a partir do embasamento teórico-prático do texto em questão.

Nesse viés, apontamos as seguintes questões centrais – ao nosso ver – a partir das proposituras apontadas pelo autor e de certo, tentaremos responder esses fundamentos que norteiam a obra – a saber:

- a) *A obra cumpre seu objetivo de apresentar um Código Penal comentado de maneira clara e acessível?*
- b) *A análise jurídica feita pelo autor é suficiente para uma compreensão aprofundada da parte geral do Código Penal?*
- c) *Há lacunas na abordagem do autor, como ausência de temas importantes ou falta de aprofundamento em determinados tópicos?*
- d) *A obra é útil tanto para iniciantes quanto para profissionais experientes na área do Direito Penal?*

Por consequência, será a partir dessas problemáticas que os gestos de leitura aplicados na obra terão impacto e, ao mesmo tempo, relevância fora e, principalmente, dentro do campo jurídico; vejamos a seguir.

A obra *Código Penal Comentado: Parte Geral I (Arts. 1.º a 85.º)* - de Luciano Rodrigues é bem-organizada e segue a estrutura normativa do Código Penal, dividindo-se em seções que abordam desde os princípios fundamentais até os conceitos de crime e suas classificações. O autor inicia a análise ao explicar a natureza do Direito Penal, suas fontes e a relação com a legislação brasileira. Há um destaque para a importância do princípio da legalidade e reforça que não há crime sem previsão legal (*nullum crimen, nulla poena sine lege*), conforme os ditames constitucionais.

A análise dos artigos 1.º e 2.º, do Código Penal, são pormenorizados e bem fundamentados, pois são evidenciados os *princípios da anterioridade e legalidade*, além do autor explicar de maneira clara e objetiva os ditames da *irretroatividade da lei penal - exceto quando benéfica ao réu*. Essa parte é essencial para entender a base do Direito Penal no Brasil e como as normas são *aplicadas no tempo* – essência básica.

Além disso, o autor apresenta também um estudo detalhado sobre a *aplicação da lei penal no espaço* (art. 5.º ao 7.º) e analisa a territorialidade e a extraterritorialidade da legislação penal brasileira; e menciona as normas aplicáveis a crimes cometidos fora do território nacional, ou seja, considerando tratados internacionais e o papel do Ministério da Justiça na extradição – contextos fundamentais na discussão.

Outro ponto relevante é a explicação sobre princípios fundamentais do Direito Penal, como o princípio da insignificância, da mínima intervenção e o *in dubio pro reo*, bases que são constituídas para a aplicação justa da lei penal. Essa abordagem reforça o caráter garantista do Direito Penal brasileiro, pois busca limitar o poder punitivo do Estado – apontamento de grande valia.

A obra ainda se insere no contexto acadêmico e jurídico como referência basilar nos estudos e na interpretação das normas penais no Brasil. Seu objetivo, por sua vez, fornece ao leitor análise detalhada dos artigos 1.º ao 85, do Código Penal Brasileiro (CPB) e, ao mesmo tempo, elucida fundamentos teóricos e práticos da legislação penal ao demonstrar como os tribunais superiores interpretam em seus gestos particulares de compreensão analítica na aplicabilidade dessas normas. Certamente, a relevância da presente obra é justificada pelo caráter dinâmico do Direito Penal e que exige do ‘operador do Direito’, constante atualização no que tange as doutrinas, jurisprudências e

no acompanhamento expressivo das mudanças sociais e os desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal.

Por consequência, a escolha do método adotado pelo autor, alia análise expositiva das normas penais a uma fundamentação doutrinária e jurisprudencial, ou seja, torna o livro útil para estudantes iniciantes no estudo do Direito Penal quanto para operadores jurídicos experientes. Além disso, a obra é escrita não apenas à sua literalidade da lei, mas aponta numa interpretação crítica de seus dispositivos e auxilia o leitor a compreender a aplicação prática das normas e suas implicações na jurisprudência. Logo, torna a obra como ferramenta basilar aos profissionais da área penal, como advogados, juízes e promotores, bem como estudiosos ou concurseiros – apenas para exemplificar.

Em seguida, é válido considerar a profundidade da análise abordada por Santos sobre os princípios fundamentais do Direito Penal que merece destaque, pois são essenciais para garantir a segurança jurídica e *evitar abusos no uso do poder punitivo estatal*. Sobretudo, o princípio da legalidade (*nullum crimen, nulla poena sine lege*), por exemplo, é abordado de forma clara e detalhada, com ênfase na importância da norma penal prévia, escrita, estrita e certa. Além disso, a obra trata com precisão do princípio da anterioridade da lei penal ao explicar de que maneira a conduta só pode ser considerada criminosa se houver previsão legal anterior ao fato; isso posto, sendo um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois impede que leis penais sejam aplicadas retroativamente em prejuízo do réu.

Outro aspecto positivo do livro é o destaque que Santos aponta ao explorar a teoria do crime e suas diferentes concepções doutrinárias. As explicações das bases teóricas da *bipartida – tripartida – quadripartida* é bem estruturada e permite que o leitor compreenda as distinções entre *tipicidade – ilicitude – culpabilidade*, bem como esses elementos são aplicados na prática jurídica. A classificação dos crimes, por exemplo, o autor inclui as *formas dolosas – culposas – preterdolosas – formais – materiais e de mera conduta*, ou seja, demonstrando a complexidade do Direito Penal e a necessidade de uma análise cuidadosa na aplicação das normas.

Em contraste, por sua vez, há aspectos que podem ser aprimorados para torná-la ainda mais alinhada com as discussões contemporâneas sobre Direito Penal. Sendo assim, um dos pontos é a análise crítica sobre o *sistema penal brasileiro e seus desafios*. O Brasil enfrenta sérios problemas relacionados à superlotação carcerária, seletividade penal, desigualdade no acesso à justiça e aplicação desproporcional das penas; temas que podem

ser explorados de maneira mais incisiva na promoção e impactos da legislação penal frente a realidade social e cultural brasileira. Assim, a ausência da discussão, diga-se de passagem, levar à impressão de que o presente texto aqui resenhado se concentra exclusivamente na norma positivada, sem considerar as consequências práticas de sua aplicação – apenas para pensar a questão.

Outro ponto que pode ser ampliado é a análise das reformas legislativas recentes, que trouxeram mudanças significativas para o sistema penal brasileiro – como por exemplo, a edição do Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) que alterou dispositivos fundamentais do Código Penal e do Código de Processo Penal, afetando temas como progressão de regime, legítima defesa e execução da pena. O impacto dessas mudanças na jurisprudência e na prática forense pode ser tratado com profundidade, visto que, a interpretação desses dispositivos ainda gera debates entre os operadores do Direito. Além disso, o livro pode apontar também as consequências da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel), que endureceu as penas para crimes cometidos contra crianças e adolescentes no contexto de violência doméstica.

Assim, a falta de uma abordagem mais profunda sobre criminologia e suas interseções com o Direito Penal também se mostra uma lacuna nos escritos sobre o tema proposto. Inegavelmente, o estudo da criminologia permite análise ‘ampla’ das causas da criminalidade, do perfil dos infratores e da eficácia das penas na prevenção do crime. A inclusão, por sua vez, de reflexões sobre teorias criminológicas, como a criminologia crítica e o *labelling approach*, podem enriquecer a obra e proporcionar ao leitor gestos de leituras críticas pormenorizadas sobre o sistema penal. Além disso, abordar discussão sobre as alternativas à punição tradicional, como penas alternativas, medidas restaurativas e programas de ressocialização, também contribuem por uma análise mais equilibrada da política criminal no Brasil.

Ainda nessa perspectiva, embora o livro traga referências a jurisprudências, súmulas, inclusão de casos hipotéticos e exemplos do cotidiano forense *é fundamental a explicação dos conceitos um pouco mais didático*. Para estudantes e concurseiros, que muitas vezes têm dificuldade em visualizar a aplicação prática dos institutos penais, esse tipo de abordagem pode ser o diferencial para a obra. O autor pode, por exemplo, apresentar situações concretas para ilustrar como os tribunais interpretam certos dispositivos legais e, de que maneira, diferentes princípios penais são aplicados na prática.

Além disso, a narrativa pode ser aprofundada sobre a justiça restaurativa e os

mecanismos de mediação penal que vêm ganhando cada vez mais espaço no cenário jurídico brasileiro. A justiça restaurativa, por sua vez, busca alternativas ao modelo tradicional de punição e foca na reparação do dano e na responsabilização do infrator de maneira menos punitiva e mais voltada à reconstrução social. Logo, em um momento em que o sistema penal brasileiro enfrenta desafios estruturais - a discussão sobre novas abordagens para a solução de conflitos pode e deve ser um complemento valioso à análise normativa presente no livro.

Por fim, é fundamental que a obra aponte um pouco mais sobre o papel do Direito Penal na proteção de direitos fundamentais e seu caráter subsidiário no ordenamento jurídico. O Direito Penal deve ser a última *ratio* na regulamentação da conduta humana, ou seja, só deve ser acionado quando outros ramos do Direito forem incapazes de resolver o conflito social de maneira adequada. Esse princípio, que é fundamental para evitar o uso excessivo do Direito Penal como ferramenta repressiva, assim, se explorado de maneira mais crítica demonstrará, via de regra, a sua importância para um sistema de justiça equilibrado e eficiente.

Em suma, obra *Código Penal Comentado: Parte Geral I (Arts. 1.º a 85.º)* - de Luciano Rodrigues, representa um excelente recurso para o estudo do Direito Penal, oferecendo análise detalhada e fundamentada dos dispositivos normativos e suas aplicações práticas. Sua clareza expositiva, fundamentação doutrinária e organização lógica a tornam uma referência essencial para acadêmicos e profissionais da área.

A clareza na exposição dos conceitos, a abordagem sistemática e a fundamentação doutrinária e jurisprudencial conferem ao livro um caráter didático e prático, facilitando a compreensão e a aplicação do Direito Penal no contexto jurídico brasileiro.

A obra pode ser utilizada como material de apoio em disciplinas de Direito Penal (e seus desdobramentos), auxiliando na formação dos alunos e na construção de um raciocínio jurídico sólido.

Além do impacto no ensino jurídico formal, o livro também se mostra relevante para aqueles que buscam aprimorar seus conhecimentos para concursos públicos e exames da OAB. A abordagem dos institutos da parte geral do Código Penal é de grande valia para candidatos que almejam carreiras como juiz, promotor, defensor público, delegado de polícia e outros cargos no sistema de justiça criminal. A presença de jurisprudências e interpretações doutrinárias facilita o entendimento das questões que frequentemente são cobradas em provas, ajudando os candidatos a desenvolverem

argumentos fundamentados para questões discursivas e orais.

A obra também tem uma contribuição notável para a prática jurídica, servindo como um manual de consulta para advogados criminalistas, promotores de justiça, magistrados e defensores públicos. A exposição clara dos temas permite que o profissional tenha um acesso rápido e eficiente às principais interpretações da norma penal, facilitando a elaboração de petições, pareceres, sustentações orais e decisões judiciais. A inclusão de precedentes jurisprudenciais dos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), confere ao livro um caráter prático e atualizado, auxiliando na fundamentação de argumentos em processos criminais.

Outro aspecto importante da contribuição da obra para a área jurídica é sua relevância na formação crítica do operador do Direito Penal. O livro não se limita a expor a legislação penal, mas busca interpretá-la e contextualizá-la dentro da realidade jurídica brasileira. Esse tipo de abordagem é essencial para que os profissionais do Direito compreendam não apenas a norma em si, mas também suas implicações e desafios na aplicação prática. Ao oferecer um olhar técnico sobre a legislação penal, a obra contribui para um debate mais qualificado sobre a efetividade do Direito Penal e seus impactos na sociedade.

Métodos como mediação penal, transação penal e práticas restaurativas têm se mostrado alternativas viáveis para resolver conflitos de maneira mais eficiente e menos onerosa para o sistema penal. A inclusão desses temas no livro permitiria que os leitores tivessem uma visão mais ampla sobre as possibilidades de intervenção no campo do Direito Penal, contribuindo para um debate mais moderno e atualizado.

Dessa forma, a obra de Santos pode servir como um guia, pois a presença de citações de decisões dos tribunais superiores na obra reforça essa função ao permitir que o leitor acompanhe de que maneira a norma penal está sendo aplicada pelos órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

A contribuição da obra se estende ainda para a pesquisa acadêmica, podendo ser utilizada como referência para trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de mestrado e doutorado na área do Direito Penal.

4 CONCLUSÃO

4.1 ABERTURAS PARA CONSIDERAR

Por fim, um dos aspectos mais relevantes da contribuição da obra para a área jurídica é sua capacidade de sistematizar o estudo do Direito Penal, tornando o aprendizado e a consulta mais acessíveis e organizados. A estrutura lógica do livro, aliada à linguagem clara e objetiva do autor, facilita a assimilação dos conceitos e permite que o leitor encontre rapidamente as informações de que necessita. Essa característica é essencial tanto para aqueles que estão iniciando seus estudos no Direito Penal quanto para os profissionais que precisam de um material de referência confiável e de fácil consulta.

Certamente, em consideração, a obra de Santos é eficaz no que tange aos apontamentos, seus impactos e, acima de tudo, as formas teórico-práticas no/do Direito Penal brasileiro. Com esses aprimoramentos, via de regra, a obra pode se consolidar no cenário editorial jurídico como suporte teórico-didático – pois combina o rigor técnico e teórico com a abordagem relevante e, ao mesmo tempo, moderna na/da.

REFERÊNCIA

SANTOS, Luciano Alves Rodrigues dos. **Código Penal Comentado: Parte Geral I** (Arts. 1.º a 85.º). Edição do autor. Cacoal-RO, 2025. 206p.